PARECER 124/2019

Parecer ao Projeto de Lei nº 29/2019-E, de 06/05/2019, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre os símbolos utilizados pela Guarda Municipal de São Roque”.

Pretende a Administração Municipal através do presente projeto fixar padrões concernentes aos símbolos utilizados pela Guarda Municipal de São Roque.

Consta ainda que o presente projeto se revela de extrema importância não só para a valorização institucional da Guarda Municipal, mas também para a organização da segurança da sociedade, visto que os Guardas Municipais executam um amplo trabalho comunitário de segurança urbana, dando suporte a Polícia Militar ou Civil, realizando intervenções preventivas e repressivas, razão pela qual a fixação dos símbolos oficiais contribuirão para que não sejam confundidos com outros agentes de segurança, que eventualmente podem estar utilizando uniformes até semelhantes.

É o relatório.

A Constituição do Estado de São Paulo estabelece a competência do Município para constituir a Guarda Municipal, obedecidos os preceitos da lei federal:

Artigo 147 – Os Municípios poderão, por meio de lei municipal, constituir guarda municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, obedecidos os preceitos da lei federal.

A lei federal em referência consiste na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, nada prevendo sobre a utilização de símbolos. Sendo assim, o Município é livre para dispor sobre os símbolos a serem utilizados pela sua Guarda Municipal.

A iniciativa da lei cabe ao chefe do Executivo, na forma estabelecida pela Lei Orgânica respectiva:

Art. 209 – A guarda Municipal, destinada à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e de suas entidades da Administração Indireta, será instituída por lei de iniciativa do Executivo.

Embora a lei faça referência apenas à instituição da Guarda Municipal, entende-se que a competência será do Prefeito sempre que se pretender dispor sobre ela, tendo em vista que a Lei Federal nº 13.022/2014 subordina a Guarda Municipal ao chefe do Poder Executivo Municipal:

Art. 6º O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.

Parágrafo único. A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal.

Corroborando com a presente orientação, segue manifestação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – ATO ADMINISTRATIVO – FISCALIZAÇÃO – FEIRA DA MADRUGADA – PRETENSÃO PELO RESTABELECIMENTO DE BOX E REABERTURA DOS PRAZOS PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO COM INTUITO EM AVALIAR O RESPECTIVO CADASTRO – LIQUIDEZ E CERTEZA – IMPROCEDÊNCIA– MANTENÇA. **A CF assegura ao Município a competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inciso I e V). Constituição do Estado estabelece que "os Municípios poderão, por meio de lei municipal, constituir guarda municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, obedecidos os preceitos da lei federal."** (art. 147). Observada a regularidade e legalidade do procedimento administrativo que concluiu pela cassação de permissão. Judiciário somente compete conhecer aspectos ilegais daquele procedimento. Presunção de veracidade e legalidade do ato administrativo não desconstituída. Decisão mantida. Recurso negado. (TJSP; Apelação Cível 0009499-29.2012.8.26.0053; Relator (a): Danilo Panizza; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 4ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 04/08/2015; Data de Registro: 06/08/2015.)

Outrossim, no que concerne a utilização da nomenclatura POLICIAMENTO PREVENTIVO, segundo consta no projeto, remetem às atribuições da Guarda Civil Municipal conforme estabelece a lei federal nº 13.022 de 2014, sendo que a palavra POLICIAMENTO, segundo o dicionário Aurélio significa: vigiar pela boa ordem ou tranquilidade, guardar com cuidado, civilizar, controlar.

A *priori*, cabe apontar no que difere a polícia preventiva da polícia ostensiva. Pode-se definir a polícia ostensiva, como sendo a "...ação policial

em que são empregados homens ou fração de tropa engajados, que possam ser identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, armamento ou viatura" e "...as atividades de polícia ostensiva admitem perfeitamente a condição de exclusividade, cabendo integral e privativamente às Polícias Militares", segundo o Desembargador Álvaro Lazzarini (LAZZARINI, Álvaro. *Estudos de Direito Administrativo*. São Paulo: RT, 1995).

Tal definição contrasta com a definição de polícia preventiva, que no dizer do mesmo autor é a polícia administrativa por excelência, regida que é pelos princípios jurídicos do Direito Administrativo, incidindo sobre bens, direitos ou atividades. A linha divisória é, em suma, a ocorrência ou não de ilícito penal.

Ao nosso entendimento, nota que não há impedimento constitucional para que se atribua poder para o exercício de polícia preventiva às Guardas Municipais. Não há qualquer órgão responsável pela segurança pública que possua exclusividade nesse mister, ao contrário do policiamento ostensivo, a cargo das polícias militares.

Entendemos que a Guarda Municipal atua no policiamento preventivo na proteção dos bens, serviços e instalações do Município, ou seja, as ruas, praças, estradas, os edifícios e estabelecimentos do Município podem ser objeto de proteção pelas Guardas Municipais e, de forma mediata, de sua população, sem a qual suas funções não teriam o menor sentido, as guardas municipais devem agir de forma preventiva.

De todo o exposto, não se vislumbra inconstitucionalidade ou ilegalidade no projeto de lei de iniciativa do Prefeito que pretende dispor sobre os símbolos oficiais da Guarda Municipal.

Por fim, encontrando tal previsão expressamente no §1º do artigo 2º da propositura, esta assessoria manifesta-se favoravelmente devendo ainda assim tramitar pelas comissões permanentes de Constituição, Justiça e Redação.

Maioria simples, única discussão e votação nominal.

É o parecer, s. m .j.

São Roque, 4 de junho de 2019.

Virginia Cocchi Winter
Assessora Jurídica

Yan Soares de Sampaio Nascimento
Assessor Jurídico